

# ABERTURA COMERCIAL E CRESCIMENTO DOS ESTADOS BRASILEIROS, 1991/2000

Nali de Jesus de Souza\*

## RESUMO

*Este artigo analisa os efeitos da abertura econômica do Brasil sobre o crescimento dos estados brasileiros entre 1991 e 2000. Examinam-se, no mesmo período, as relações das exportações e importações com o PIB e o emprego e suas repercussões sobre as desigualdades regionais no país. Conclui-se que os estados de maior crescimento foram os especializados em produtos básicos e em semimanufaturados; que a existência de uma balança comercial positiva relacionou-se fortemente com maior taxa de crescimento; que a maioria dos estados apresentou alta correlação entre suas exportações e importações e os respectivos PIB e o nível de emprego; que as desigualdades regionais no Brasil tendem a se reduzir ao longo do tempo.*

*Palavras-chave: base exportação, vantagens comparativas, desigualdades regionais.*

## INTRODUÇÃO

Nenhuma economia conseguirá manter durante muito tempo altas taxas de crescimento apenas em função do dinamismo do setor de mercado interno. Isso é válido tanto para economias de pequenas regiões como para economias nacionais e blocos de países. Essa conclusão tem sido obtida a partir de uma série de estudos regionais nos Estados Unidos, Canadá e Europa, assim como a partir de estudos teóricos das economias nacionais, tanto na abordagem neoclássica como na visão marxista. Na visão keynesiana, a importância do comércio externo é vista tanto pelo lado do efeito multiplicador das exportações sobre a produção e o emprego, como pelo lado monetário: o aumento dos meios de pagamentos provocado pelo afluxo de renda do exterior reduz a taxa de juro e estimula os investimentos. Na abordagem marxista, as exportações aparecem como “a tábua de salvação do capitalismo”. Em razão da liberação de trabalhadores provocada pelo progresso tecnológico, o capital constante tende a crescer de modo

\* Professor do Mestrado em Economia do Desenvolvimento da PUCRS. Doutor pela USP. Trabalho realizado com apoio da Fapergs. E-mail: nsouza@pucrs.br

Teor. e Evid. Econ.	Passo Fundo	v. 11	n. 21	p. 41-61	novembro 2003
---------------------	-------------	-------	-------	----------	---------------

mais acelerado do que o capital variável. Como consequência, há uma tendência ao surgimento de crises pelo crescimento insuficiente da demanda interna. Assim, as exportações elevam a demanda efetiva, possibilitando o crescimento da oferta global (ver Souza, 1999, cap. 4).

A teoria da base econômica enfatiza que as exportações exercem um efeito multiplicador sobre o setor de mercado interno. Nesse sentido, as regiões que conseguiram inserir-se dinamicamente nas economias nacional e internacional obtiveram maiores taxas de crescimento ao longo do tempo. Esse foi o caso de regiões dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Nos EUA as regiões que exportavam grãos, carnes e madeiras desenvolveram indústrias que logo passaram a exportar; essas exportações produziram um fluxo de renda que financiou a implantação da imensa infra-estrutura dessas economias. Os amplos mercados dos Estados Unidos e Europa geraram economias de escala e um processo desenvolvimento no longo prazo (ver North, 1977; Souza, 1980, e Balassa, 1989).

No Brasil, muitas regiões cresceram com base nas exportações de produtos básicos. Na medida em que esses produtos proporcionavam renda suficiente, havia impactos positivos sobre o crescimento urbano, abertura de novas estradas e dinamização dos serviços, do comércio e da indústria. Porém, o grande problema sempre foi a instabilidade dos mercados dos produtos de exportação, como charque, açúcar, algodão e carnes. Com base exportadora pouco diversificada, o produto e o emprego flutuavam significativamente em função de variações dos preços e quantidades ofertadas. As crises periódicas dificultavam o crescimento e o surgimento de atividades industriais interligadas.

Com o café, a base exportadora brasileira tornou-se mais dinâmica e os seus impactos bem mais significativos. Os preços internacionais do café permaneceram relativamente estáveis ao longo do tempo, graças ao controle da oferta brasileira de café. Isso se deve, em parte, ao acordo de Taubaté, de 1906, o qual permitiu que os cafeicultores formassem um fundo que ajudou o governos federal e estaduais na regulação da oferta brasileira de café.

Graças às exportações de café, significativas a partir 1850, a renda *per capita* do Brasil cresceu 1,5% ao ano até 1950. Segundo Celso Furtado, o “atraso” da economia brasileira se deve à estagnação econômica havida entre 1780 e 1850, não ao desempenho do período 1850-1950. Segundo ele, se a renda *per capita* do Brasil houvesse crescido 1,5% desde 1800, em 1950 ela seria igual a US\$ 500, o mesmo nível da renda *per capita* dos principais países da Europa naquele ano (Furtado, 1970).

Tendo em vista a importância da base exportadora no crescimento econômico, o objetivo deste trabalho será determinar o impacto da abertura econômica dos anos de 1990 no crescimento da produção e do emprego dos Estados brasileiros, entre 1991 e 2000.

## VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS DOS ESTADOS BRASILEIROS

Afirma-se que os estados que mais exportam e crescem são os que apresentam vantagens comparativas na produção de algum produto específico. Essas vantagens podem ser mensuradas pelo *método da vantagem comparativa revelada* ( $VCR_{ij}$ ) (Balassa, 1965; Han & Liesner, 1971), como segue:

$$VCR_{ij} = (X_{ij} / X_j) / (X_{in} / X_n) \quad (1)$$

onde:  $X_{ij}$  são as exportações do setor  $i$  do estado  $j$ ;  $X_{in}$  são as exportações nacionais do setor  $i$ ;  $X_j$  são as exportações totais do estado  $j$ ; e  $X_n$  são as exportações totais do país. Todas as variáveis referem-se a um dado ano, entre 1991 e 2000.

O índice  $VCR_{ij} > 1$ , indica que o estado  $j$  apresenta vantagem comparativa na produção do setor  $i$ , uma vez que a participação desse setor nas exportações estaduais totais ( $X_{ij} / X_j$ ) é maior do que a participação do mesmo setor do nível nacional nas exportações totais nacionais ( $X_{in} / X_n$ ). Se  $VCR_{ij} < 1$ , significa que o estado apresenta desvantagem comparativa na produção e exportação do referido setor; sendo  $VCR_{ij} = 1$ , o estado  $j$  não terá vantagem nem desvantagem na produção do setor  $i$ : a produção local supre as necessidades internas de consumo, não havendo excedente para ser exportado.

Os coeficientes das vantagens comparativas dos estados brasileiros foram calculados para os produtos básicos, produtos industrializados, produtos semimanufaturados e produtos manufaturados para cada ano e, após, feita a média do período de 1991/2000. Esses coeficientes estão reproduzidos nas Tabelas 1 e 2. Os estados estão ordenados pela taxa média geométrica de crescimento do valor adicionado bruto (VAB,  $g_v$ ), na primeira tabela, e pela taxa média geométrica de crescimento do emprego ( $g_e$ ) na segunda.

Apenas três estados com crescimento do VAB acima da média brasileira entre 1991/2000 não apresentam vantagens comparativas em produtos básicos: AM, AC e PI (Tabela 1). Nesse conjunto de estados com as maiores taxas de crescimento do VAB, de 2,95% a 9,29%, apenas Amazonas e Santa Catarina apresentaram vantagens comparativas em produtos manufaturados. Nesse conjunto estão estados do Norte e Nordeste. São Paulo, com crescimento de 2,43%, foi o estado com uma das maiores vantagens

comparativas em produtos manufaturados e desvantagem na produção de produtos básicos e produtos semimanufaturados. Esse também foi o caso da RJ, PB e AM ( $g_p = 1,54; 2,81\%$  e  $9,29\%$ , respectivamente).

Tabela 1 - Coeficientes das vantagens comparativas reveladas dos estados brasileiros por grupo de produtos, ordenadas segundo a taxa de crescimento do valor adicionado bruto, 1991/2000.

Estados \ Produtos	Produtos básicos	Industrializados (A+B)	Semimanufaturados (A)	Manufaturados (B)	Taxa de crescimento do VAB <sup>a</sup> (%)
Amazonas (AM)	0,24	1,24	0,65	1,41	9,29
Mato Grosso (MT)	2,92	0,35	0,79	0,21	7,25
Amapá (AP)	1,97	0,68	2,37	0,18	5,13
Espírito Santo (ES)	1,61	0,79	3,21	0,09	3,96
Santa Catarina (SC)	1,22	0,94	0,25	1,13	3,93
Rondônia (RO)	1,01	1,01	3,07	0,42	3,91
Mato Grosso Sul (MS)	3,23	0,24	0,67	0,11	3,89
Roraima (RR)	1,34	0,89	1,65	0,67	3,89
Paraná (PR)	1,85	0,71	0,77	0,69	3,75
Rio Grande Norte (RN)	2,25	0,58	0,7	0,54	3,51
Tocantins (TO)	1,3	0,75	1,84	0,39	3,48
Goiás (GO)	2,61	0,45	1,55	0,13	3,45
Acre (AC)	0,56	1,11	4,66	0,08	3,40
Ceará (CE)	2	0,63	0,79	0,59	3,39
Piauí (PI)	0,31	1,25	3,44	0,62	3,07
Distrito Federal (DF)	2,55	0,09	0,07	0,1	2,99
Minas Gerais (MG)	1,6	0,8	1,37	0,64	2,95
Rio Grande Sul (RS)	1,24	0,92	0,71	0,99	2,95
Paraíba (PB)	0,3	1,25	0,31	1,53	2,81
Sergipe (SE)	0,02	1,35	0,02	1,74	2,52
Bahia (BA)	0,51	1,17	1,85	0,98	2,48
São Paulo (SP)	0,31	1,24	0,4	1,48	2,43
Pará (PA)	1,99	0,67	2,46	0,15	2,24
Maranhão (MA)	0,25	1,27	5,11	0,17	2,14
Pernambuco (PE)	0,69	1,11	1,45	1,01	2,08
Alagoas (AL)	1,27	0,92	2,12	0,56	1,76
Rio de Janeiro (RJ)	0,07	1,23	0,49	1,45	1,54
Brasil (BR) (média)	1,3	0,88	1,58	0,67	2,81

Nota: <sup>a</sup> Taxa média geométrica de crescimento anual do VAB entre 1991/2000.

Fonte dos dados brutos: IBGE – Contas Regionais do Brasil, 1985-2000; IPEA ([www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)) e M.D.I.C. ([www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)).

Estados industrializados, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, cujo VAB cresceu acima da média brasileira, apresentam vantagens comparativas ora em produtos básicos (RS e PR), ora em produtos manufaturados (RJ), ora em produtos manufaturados e em produtos básicos (SC). Os dados tendem a indicar que estados especializados em produtos básicos e em semimanufaturados foram os que mais cresceram no período.

Tabela 2 - Coeficientes das vantagens comparativas reveladas dos estados brasileiros por grupo de produtos, ordenadas segundo a taxa de crescimento do emprego, 1991/1999.

Estados \ Produtos	Produtos básicos	Industrializados (A+B)	Semimanufaturados (A)	Manufaturados (B)	Taxa crescim. do emprego <sup>a</sup> (%)
Amapá	2,0	0,7	2,4	0,2	17,9
Tocantins	1,3	0,8	1,8	0,4	17,3
Roraima	1,3	0,9	1,7	0,7	13,4
Acre	0,6	1,1	4,7	0,1	12,1
Goiás	2,6	0,5	1,6	0,1	11,5
Rondônia	1,0	1,0	3,1	0,4	11,4
Paraíba	0,3	1,3	0,3	1,5	10,9
Mato Grosso	2,9	0,4	0,8	0,2	10,7
Mato Grosso do Sul	3,2	0,2	0,7	0,1	9,7
Rio Grande do Norte	2,3	0,6	0,7	0,5	9,5
Bahia	0,5	1,2	1,9	1,0	9,0
Espírito Santo	1,6	0,8	3,2	0,1	8,9
Piauí	0,3	1,3	3,4	0,6	8,6
Maranhão	0,3	1,3	5,1	0,2	8,5
Minas Gerais	1,6	0,8	1,4	0,6	8,5
Distrito Federal	2,6	0,1	0,1	0,1	8,4
Sergipe	0,0	1,4	0,0	1,7	8,4
Alagoas	1,3	0,9	2,1	0,6	8,1
Ceará	2,0	0,6	0,8	0,6	8,0
Paraná	1,9	0,7	0,8	0,7	7,3
Santa Catarina	1,2	0,9	0,3	1,1	7,3
Amazonas	0,2	1,2	0,7	1,4	7,1
Pernambuco	0,7	1,1	1,5	1,0	7,0
Rio Grande do Sul	1,2	0,9	0,7	1,0	6,2
Pará	2,0	0,7	2,5	0,2	5,7
São Paulo	0,3	1,2	0,4	1,5	4,7
Rio de Janeiro	0,1	1,2	0,5	1,5	3,8
Brasil (média)	1,3	0,9	1,6	0,7	5,0

Nota: <sup>a</sup> Taxa média geométrica de crescimento anual obtida por regressão (1991/1999).

Fonte dos dados brutos: RAIS e M.D.I.C. ([www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)).

Na Tabela 2, com mais clareza ainda, observa-se que o emprego cresceu nos estados com vantagens comparativas em produtos básicos e em semimanufaturados e desvantagem na produção de manufaturas. Entre os 27 estados, apenas sete apresentaram vantagens comparativas na produção de manufaturados; somente São Paulo e Rio de Janeiro cresceram abaixo da média nacional. Observa-se que a geração de emprego está mais vinculada com a especialização em produtos básicos e no beneficiamento de alimentos e matérias primas do que na especialização dos estados na produção de bens manufaturados. Em outras palavras, a criação de empregos no Brasil ainda está muito vinculada ao setor primário.

Conclui-se que os estados que mais cresceram foram aqueles mais especializados em produtos básicos e produtos semimanufaturados. Tendo em vista a importância da base agrícola dos estados que mais cresceram, conclui-se que o beneficiamento de alimentos e matérias-primas para a exportação constituiu um importante fator de crescimento da produção e do emprego no período analisado.

#### BALANÇA COMERCIAL E COEFICIENTE DE ABERTURA DOS ESTADOS

Os dados anteriores indicaram que os estados com vantagens comparativas reveladas em produtos básicos e produtos semimanufaturados foram os que apresentaram maior taxa de crescimento entre 1991/2000, principalmente em termos de emprego. Agora, a análise volta-se para a influência da abertura econômica sobre o ritmo de crescimento da economia nacional. Os dados da Tabela 3 sugerem certa correlação entre superávit comercial com o exterior e ritmo de crescimento do produto e do emprego no período em referência. Os estados com maior superávit comercial médio foram Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Bahia. Pelos portos do Pará exportam-se produtos vindos de outros estados, como grãos, minério de ferro, alumínio, pasta química e madeiras serradas; suas importações são óleo diesel, derivados de petróleo, trigo e produtos químicos.

Entre esses estados com os maiores superávits comerciais médios no período, em termos reais, as maiores taxas de crescimento do emprego do período foram as de Mato Grosso do Sul (9,7%), Bahia (9,0%), Santa Catarina e Paraná (7,3%). Já a maior taxa de crescimento do VAB, entre esse grupo de estados foi a de Santa Catarina (3,93%) e Mato Grosso do Sul (3,89%). Excetuando Tocantins, Acre e Paraíba, com déficit comercial e altas taxas de crescimento do emprego (17,3%, 12,1% e 10,9%), o maior crescimento do emprego ocorreu nos estados com superávits comerciais menores: Amapá (17,9%), Roraima (13,4%), Goiás (11,5%), Rondônia (11,4%) e Mato Grosso (10,7%). São economias

com base agrícola forte, baixo nível de renda e grandes contingentes populacionais nas frentes de trabalho.

Tabela 3 - Média anual da balança comercial dos estados brasileiros, 1991/2000<sup>a</sup>

Estado	Média das exportações (X)	Média das importações (M)	Balança comercial (X-M)	Taxa de crescimento (%)	
				VAB	Emprego
Minas Gerais	6.626.075	2.701.380	3.924.695	2,95	8,5
Rio Grande do Sul	5.682.367	3.125.754	2.556.613	2,95	6,2
Pará	2.230.975	289.602	1.941.373	2,24	5,7
Santa Catarina	2.636.562	1.001.918	1.634.644	3,93	7,3
Paraná	3.846.876	2.689.748	1.157.128	3,75	7,3
Mato Grosso do Sul	624.656	69.380	555.276	3,89	9,7
Bahia	1.879.200	1.363.623	515.577	2,48	9,0
Maranhão	672.628	317.164	355.463	2,14	8,5
Alagoas	316.332	116.748	199.583	1,76	8,1
Mato Grosso	265.508	66.477	199.031	7,25	10,7
Goiás	375.178	229.774	145.404	3,45	11,5
Piauí	62.134	24.436	37.698	3,07	8,6
Amapá	63.021	26.066	36.955	5,13	17,9
Rio Grande do Norte	105.260	70.402	34.858	3,51	9,5
Rondônia	39.131	15.899	23.233	3,91	11,4
Roraima	27.897	5.481	22.415	3,89	13,4
Acre	2.724	4.016	-1.291	3,40	12,1
Tocantins	4.770	10.826	-6.056	3,48	17,3
Sergipe	37.154	84.346	-47.192	2,52	8,4
Paraíba	82.237	152.484	-70.247	2,81	10,9
Espírito Santo	2.517.193	2.662.347	-145.154	3,96	8,9
Ceará	385.608	589.778	-204.170	3,39	8,0
Distrito Federal	10.274	311.874	-301.601	2,99	8,4
Pernambuco	404.185	725.462	-321.278	2,08	7,0
Rio de Janeiro	2.128.049	4.920.534	-2.792.485	1,54	3,8
Amazonas	265.090	3.105.379	-2.840.289	9,29	7,1
São Paulo	17.515.866	21.775.347	-4.259.482	2,43	4,7
Brasil	49.780.363	46.555.367	3.224.996	2,81	5,0

Nota: <sup>a</sup> Dados em US\$ 1.000, FOB, deflacionados pelo índice da inflação norte-americana, a preços de 2000 (<http://stats.bls.gov>).

Fonte dos dados brutos: IBGE – Contas Regionais do Brasil, 1985-2000; IPEA ([www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)); M.D.I.C. ([www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)) e RAIS.

Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pará, com altos superávits médios na balança comercial, apresentaram taxas de crescimento razoáveis do emprego (8,5%, 6,2% e 5,7%, respectivamente). Em São Paulo o emprego cresceu apenas 4,7% entre 1991/2000, ape-

sar do maior déficit comercial do período (US\$ 4,3 bilhões). Suas exportações médias foram iguais a US\$ 17,5 bilhões e as importações médias elevaram-se a US\$ 21,8 bilhões. O crescimento do PIB de São Paulo, entre 1991/2000 ficou abaixo da média nacional (2,43%, contra 2,81%), assim como o nível de emprego (4,7%, contra 5%). O déficit de São Paulo com o exterior é compensado pelos seus superávits comerciais com os demais estados.

O segundo maior déficit comercial médio entre os estados foi o do Amazonas, em função da Zona Franca de Manaus (ZFM): US\$ 2,8 bilhões. Suas exportações médias foram de apenas US\$ 265 milhões, correspondendo a pouco mais de 5% de suas importações médias (US\$ 3,1 bilhões). A taxa de crescimento do VAB desse estado foi de 9,29%, a mais alta de entre os estados, e o emprego cresceu no mesmo nível de Pernambuco (7,1% contra 7%). Tem-se questionado se a ZFM tem estimulado o desenvolvimento regional ou se apenas proporciona evasão fiscal. A segunda economia do Brasil (RJ) apresentou o terceiro maior déficit comercial com o exterior (US\$ 2,8 bilhões); suas importações atingiram US\$ 4,9 bilhões no período, ao passo que as exportações montaram apenas US\$ 2,1 bilhões. O Rio de Janeiro cresceu menos do que a média brasileira, tanto em termos de VAB, como do emprego. A insuficiência de uma base agrícola importante tem sido apontada como um dos fatores da perda de dinamismo da economia fluminense.

Alguns estados com déficit comercial médio no período alcançaram taxas relativamente altas de crescimento do produto. Foi o caso do Espírito Santo (3,96%), Tocantins (3,48%), Acre (3,40%), Ceará (3,39%), Distrito Federal (2,99%) e Paraíba (2,81%). Esses estados dependem basicamente do dinamismo do mercado interno. Estados com crescimento abaixo da média nacional, como Rio de Janeiro (1,54%) e São Paulo (2,43%), e acima da média, como o Amazonas (9,29%), constituem casos a parte em função dos grandes déficits comerciais apresentados. No estado do Amazonas, a ZFM explica o seu dinamismo. Já São Paulo, apesar do enorme déficit médio do período (US\$ 4,3 bilhões), observa-se que a média de suas exportações alcançou a substancial cifra de US\$ 17,5 bilhões (35,2% do total brasileiro), ao passo que as exportações dos outros dois estados mais importantes, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, foram iguais a US\$ 6,6 bilhões (13,3% do total) e a US\$ 5,7 bilhões (11,4%), respectivamente. A diferença das importações médias de São Paulo em relação às importações dos outros três estados que mais importam é ainda mais significativa: Rio de Janeiro, US\$ 4,9 bilhões e Rio Grande do Sul e Amazonas, US\$ 3,1 bilhões.

Pelos dados da Tabela 3, constata-se que o conjunto dos estados brasileiros está financiando o crescimento econômico dos estados mais importantes, São Paulo e Rio de

Janeiro, assim como a ZFM. Além de São Paulo, Amazonas e Rio de Janeiro, também apresentaram déficit no período, Pernambuco, Distrito Federal, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Sergipe, Tocantins e Acre. Os grandes superávits apresentados por Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará, Santa Catarina e Paraná, sobretudo, contribuíram para que o Brasil apresentasse um superávit comercial de US\$ 3,5 bilhões, em média, entre 1991/2000.

Os dados anteriores mostram que a existência de balança comercial favorável foi um dos principais fatores explicativos do ritmo de crescimento da produção e do emprego da maior parte dos estados. No entanto, alguns estados cresceram mesmo com uma balança comercial deficitária, implicando a existência de outros fatores, como substituição de importações e transferências da União.

Desse modo, o dinamismo de crescimento dos estados pode estar relacionado com o respectivo grau de abertura às exportações, importações e ao conjunto do comércio externo. Os estados mais abertos ao exterior pelas relações comerciais (Tabela 4) são Espírito Santo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pará, Maranhão, Paraná e São Paulo. O estado do Espírito Santo é o que apresenta maior abertura às exportações, com um coeficiente de 30,6%, seguido pelo Pará (18%), Santa Catarina (15%), Rio Grande do Sul (14,4%) e Maranhão (13,2%). Isso quer dizer que o Espírito Santo exportou US\$ 30,6 para cada US\$ 100 de seu PIB.

Esse alto coeficiente é explicado pela presença de cinco portos, entre eles o de Tubarão, o mais importante do Brasil em carga movimentada. Em 1999, esse porto movimentou 67 milhões de toneladas, contra 47 milhões de toneladas pelo porto de Itaqui, no Maranhão, e 43 milhões de toneladas pelo porto de Santos, em São Paulo. Essa grande movimentação portuária no Espírito Santo se explica pelo embarque e desembarque de produtos de outros estados, notadamente de Minas Gerais, que não possui porto marítimo. Por Tubarão passa grande parte do minério de ferro explorado e movimentado pela Companhia do Vale do Rio Doce.

O segundo estado mais aberto ao exterior é o Amazonas, em função da ZFM. Essa abertura deve-se, sobretudo, às importações, sendo este o maior coeficiente do Brasil (42,4%), seguido pelo Espírito Santo (30,3%) e São Paulo (10,3%). Entre 1991/2000, para cada US\$ 100 do PIB, a ZFM importou US\$ 42,4; o seu coeficiente de abertura às exportações foi de apenas 4%, um dos mais baixos do Brasil.

Os estados do Pará e Amazonas destacam-se pelo embarque de soja e minério de ferro produzidos no Centro-Oeste e no Norte, produtos escoados pelos portos de Itaqui-MA (o segundo do Brasil). Entre os estados mais abertos ao comércio externo, são mais abertos às exportações do que às importações Espírito Santo, Rio Grande do Sul,

Santa Catarina, Pará, Maranhão e Roraima; inversamente, são mais abertos às importações Amazonas, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco e Paraíba. No período, o grau de abertura do Brasil foi igual a 17%, sendo 9% devido às exportações e 8,1%, às importações. Esses coeficientes aumentaram no final da década de 1990 em virtude da liberalização das importações e crescimento das exportações.

Tabela 4 - Coeficiente de abertura dos estados brasileiros às exportações, importações e ao comércio externo, 1991/2000 (%)

Estado	(X / PIB <sub>cf</sub> )	M / PIB <sub>cf</sub>	(M+X) / PIB <sub>cf</sub>	Taxa de crescimento <sup>a</sup>	
				VAB	Emprego
Espírito Santo	30,6	30,3	60,8	3,96	8,90
Amazonas	4,0	42,4	46,4	9,29	7,10
Rio Grande do Sul	14,4	7,7	22,2	2,95	6,20
Santa Catarina	15,0	5,4	20,5	3,93	7,30
Pará	18,0	2,4	20,4	2,24	5,70
Maranhão	13,2	6,1	19,3	2,14	8,50
Paraná	11,3	7,9	19,2	3,75	7,30
São Paulo	8,7	10,3	18,9	2,43	4,70
Minas Gerais	11,9	4,6	16,5	2,95	8,50
Bahia	8,3	5,9	14,2	2,48	9,00
Rio de Janeiro	3,6	8,1	11,7	1,54	3,80
Ceará	4,2	6,0	10,2	3,39	8,00
Alagoas	7,3	2,6	9,8	1,76	8,10
Amapá	7,0	2,9	9,8	5,13	17,90
Mato Grosso do Sul	8,2	0,9	9,2	3,89	9,70
Pernambuco	3,2	5,5	8,7	2,08	7,00
Paraíba	2,0	3,5	5,6	2,81	10,90
Mato Grosso	4,5	1,0	5,5	7,25	10,70
Goiás	3,4	2,0	5,4	3,45	11,50
Roraima	4,4	0,8	5,2	3,89	13,40
Rio Grande do Norte	2,4	1,4	3,9	3,51	9,50
Serape	1,2	2,6	3,9	2,52	8,40
Piauí	2,4	0,8	3,3	3,07	8,60
Distrito Federal	0,1	2,2	2,3	2,99	8,40
Rondônia	1,1	0,4	1,5	3,91	11,40
Tocantins	0,5	1,0	1,5	3,48	17,30
Acre	0,2	0,3	0,5	3,40	12,10
Brasil	9,0	8,1	17,0	2,81	5

Nota: O PIB<sub>cf</sub> para 1999 e 2000, para cada Estado, foi estimado com base na média de participação do PIB<sub>cf</sub> no PIB<sub>pm</sub> de 1997 e 1998. O PIB<sub>cf</sub> em dólares foi obtido pela taxa de câmbio comercial média anual (venda), base 2000.

Fonte dos dados brutos: M.D.I.C. (exportação e importação); IBGE - Contas Regionais do Brasil, 1985 - 2000 (VAB); IPEA (PIB<sub>cf</sub> 1991/98), Banco Central do Brasil (taxa de câmbio) e RAIS (emprego).

Como se pode ver na Tabela 4, o emprego cresceu mais nos estados mais agrícolas e menos abertos ao exterior, como Amapá (17,9%), Tocantins (17,3%), Roraima (13,4%), Acre (12,1%) e Goiás (11,5%), Rondônia (11,4%), Paraíba (10,9%) e Mato Grosso (10,7%). Nos estados mais abertos, o emprego cresceu mais no Espírito Santo (8,9%), Maranhão e Minas Gerais (8,5%), Paraná e Santa Catarina (7,3%), Amazonas (7,1%) e Rio Grande do Sul (6,2%). Entre os dez estados mais abertos, seis cresceram acima da média do VAB do Brasil. O emprego cresceu mais nos estados mais fechados, exceto no Rio de Janeiro. Embora o grau de abertura possa favorecer o crescimento, constata-se que os estados podem crescer de forma fechada, graças ao comércio interestadual. Estados com grande volume de exportação e de importação, como São Paulo, podem apresentar baixo grau de abertura ao exterior, não implicando que as exportações e importações não se correlacionem com o PIB e o emprego.

#### CORRELAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E DAS IMPORTAÇÕES COM O PIB E O EMPREGO DOS ESTADOS BRASILEIROS

Como se sabe, o coeficiente de correlação de Pearson ( $R_{X,Y}$ ), mede a correlação entre duas variáveis X e Y, como segue:

$$(R_{X,Y}) = S\check{d}_i^n (X_i - m\check{d}_x) (Y_i - m\check{d}_y) / s\check{d}_x * s\check{d}_y \quad (2)$$

onde:  $S\check{d}_i^n$  soma das variáveis relativas a um estado do ano i ao ano terminal n (1991 a 2000); X é o valor do PIB ou do emprego;  $m\check{d}_x$  é a média da variável X;  $Y_i$  são as exportações ou as importações;  $m\check{d}_y$  é a média da variável Y;  $s\check{d}_x$  e  $s\check{d}_y$  são os desvios-padrão respectivos das variáveis X e Y.

Se a correlação for positiva, as variáveis crescem ou se reduzem no mesmo sentido. Por exemplo, o emprego crescerá quando as exportações ou importações crescerem e vice-versa. Se a correlação for negativa, as variáveis crescerão em sentido contrário: se o emprego se reduz com o aumento das exportações, significa que o setor exportador estaria drenando recursos de segmentos menos eficientes do setor de mercado interno, o que reduziria a produtividade global e o nível de emprego e renda.

Na Tabela 5, observa-se que a grande maioria dos estados brasileiros apresenta correlação positiva entre suas exportações e o PIB a custo dos fatores. A maior correlação é das exportações de São Paulo (92,7%), seguido do Mato Grosso do Sul (87,9%), Paraná (87,3%), Pará (83%) e Maranhão (81,8%). Alguns estados apresentam correlação negativa, como Rio de Janeiro (-81,1%), Acre (-50,5%) e Pernambuco (-39%). Isso significa que o PIB se reduz quando as exportações aumentam e vice-versa. A correlação das exportações do Brasil com o PIB é muito significativa: 87%.

Tabela 5 - Coeficiente de correlação de Pearson das exportações, importações e do comércio externo total com o PIB<sub>cf</sub> dos estados brasileiros, 1991/2000

Ordem	Estado	Exportação	Estado	Importação	Estado	Com. Externo
1	São Paulo	0,927	Goiás	0,989	Paraná	0,971
2	Mato Grosso Sul	0,879	Paraná	0,961	São Paulo	0,939
3	Paraná	0,873	Bahia	0,931	Goiás	0,929
4	Pará	0,830	São Paulo	0,922	Rio Grande Norte	0,913
5	Maranhão	0,818	Pernambuco	0,909	Mato Grosso Sul	0,894
6	Espírito Santo	0,742	Rio Grande do Sul	0,885	Bahia	0,886
7	Rondônia	0,738	Minas Gerais	0,860	Maranhão	0,858
8	Tocantins	0,729	Sergipe	0,844	Amazonas	0,857
9	Goiás	0,722	Mato Grosso do Sul	0,827	Minas Gerais	0,821
10	Rio Grande Norte	0,696	Amazonas	0,796	Ceará	0,818
11	Minas Gerais	0,689	Ceará	0,791	Distrito Federal	0,776
12	Santa Catarina	0,675	Maranhão	0,788	Espírito Santo	0,768
13	Amazonas	0,645	Mato Grosso	0,786	Rio Grande do Sul	0,762
14	Ceará	0,639	Distrito Federal	0,773	Rondônia	0,750
15	Bahia	0,371	Rio Grande Norte	0,752	Sergipe	0,730
16	Rio Grande do Sul	0,355	Espírito Santo	0,744	Santa Catarina	0,724
17	Mato Grosso	0,302	Santa Catarina	0,721	Pernambuco	0,723
18	Piauí	0,146	Tocantins	0,658	Tocantins	0,693
19	Amapá	0,061	Paraíba	0,617	Pará	0,633
20	Paraíba	0,003	Rondônia	0,555	Mato Grosso	0,585
21	Distrito Federal	-0,032	Piauí	0,524	Paraíba	0,517
22	Alagoas	-0,066	Amapá	0,389	Piauí	0,446
23	Sergipe	-0,220	Acre	0,340	Acre	0,251
24	Roraima	-0,331	Roraima	0,304	Amapá	0,207
25	Pernambuco	-0,390	Rio de Janeiro	0,262	Alagoas	0,004
26	Acre	-0,505	Alagoas	0,118	Roraima	-0,241
27	Rio de Janeiro	-0,811	Pará	-0,618	Rio de Janeiro	-0,251
	Brasil	0,870	Brasil	0,919	Brasil	0,919

Nota: O PIB<sub>cf</sub> para 1999 e 2000, para cada estado, foi estimado com base na média de participação do PIB<sub>cf</sub> no PIB<sub>pm</sub> de 1997 e 1998. O PIB<sub>cf</sub> em dólares foi obtido pela taxa de câmbio comercial média anual (venda), base 2000.

Fonte dos dados brutos: M.D.I.C. (exportação e importação); IBGE – Contas Regionais do Brasil, 1985-2000 (VAB); IPEA (PIB<sub>cf</sub> 1991/98) e Banco Central do Brasil (taxa de câmbio).

Quanto às importações, sua correlação com o PIB é negativa apenas para o Pará (-61,8%); ela é positiva, mas pouco expressiva para o Acre (34%), Roraima (30,4%), Rio de Janeiro (26,2%), e Alagoas (11,8%). As importações são muito relevantes para o crescimento do PIB principalmente para Goiás (98,9%), Paraná (96,1%), Bahia (93,1%), São Paulo (92,2%), Pernambuco (90,9%), Rio Grande do Sul (88,5%) e Minas Gerais (86%). As correlações do PIB são maiores com as importações do que com as exporta-

ções, como se pode ver pelos coeficientes correspondentes ao Brasil (91,9%, contra 87%).

Paraná lidera as correlações quando dizem respeito ao comércio externo total e o PIB, com 97,1%, seguido de São Paulo (93,9%), Goiás (92,9%) e outros. Digna de nota é a 13ª colocação do Rio Grande do Sul (76,2%), favorecida pela maior correlação das importações (88,5%), contra apenas 35,5% para as exportações. A economia gaúcha movimenta-se mais no sentido do comércio interestadual e de seu mercado interno.

As correlações das exportações, importações e o comércio externo total com o emprego estão arrolados na Tabela 6. Constata-se uma correlação inferior das exportações e importações com o emprego do que fora com o PIB (62,7% e 64,7% contra 87% e 91,4%). As importações estão mais fortemente correlacionadas com o PIB e o emprego do que as exportações. Contudo, são relações de troca favoráveis e exportações crescentes que financiam as importações necessárias ao desenvolvimento.

Apesar do pequeno volume de suas exportações em relação às importações, o Amazonas apresenta a maior correlação entre as exportações e o emprego (92,9%), seguido pelo Rio Grande do Norte (88,1%), Paraná e Roraima (86,2%). Percebe-se que as exportações dos estados agrícolas, salvo exceções, correlacionam-se fortemente com o emprego. Vários estados do Norte e Nordeste, Rio de Janeiro e Distrito Federal apresentam correlação negativa de suas exportações com o emprego. O caso do Rio de Janeiro vem confirmar a correlação negativa de suas exportações com o PIB, sendo, agora, negativa também a correlação das importações com o emprego. Observa-se um maior número de estados com correlação negativa das exportações com o emprego do que no caso das importações e o PIB.

Para as importações, observa-se um estado agrícola, Goiás, com a mais alta correlação (99,5%), mas também a presença do Paraná (98,6%), Rio Grande do Sul (95,7%), Minas Gerais (89,2%), Distrito Federal (87,5%) e Bahia (83,6%), entre outros. Isso indica, como no caso do PIB, que as importações, vinculando-se tanto ao setor exportador como às atividades de mercado interno, ligam-se fortemente com o emprego. A exceção corre por conta da correlação negativa das importações com o emprego para o Pará (-70,1%) e Alagoas (-45,4%).

No conjunto do comércio externo, os primeiros lugares são ocupados pelos estados do Paraná (98,2%), Goiás (92,1%), Minas Gerais (87,2%) e Rio Grande do Sul (85,6%). Correlacionam-se negativamente com o emprego as importações de Roraima (-52,5%), Rio de Janeiro (-52,2%), Alagoas (-52%), Amapá (-21,1%), Piauí (-11,3%) e Acre (-1,1%).

Observa-se que as exportações e importações dos estados correlacionam-se mais intensamente com o PIB do que com o emprego. As atividades de mercado interno, o

comércio e os serviços absorvem mais mão-de-obra do que as atividades exportadoras. Como as importações também apresentam impactos favoráveis sobre o nível de emprego, é de se esperar que a abertura comercial da década de 1990 tenha reduzido as desigualdades regionais, pelo crescimento mais acelerado dos estados periféricos.

Tabela 6 - Coeficiente de correlação de Pearson das exportações, importações e do comércio externo total com o emprego total dos estados brasileiros, 1991/2000

Ordem	Estado	Exportação	Estado	Importação	Estado	Com. externo
1	Amazonas	0,929	Goiás	0,995	Paraná	0,982
2	Rio Grande Norte	0,881	Paraná	0,986	Goiás	0,921
3	Paraná	0,862	Rio Grande do Sul	0,957	Minas Gerais	0,872
4	Rondônia	0,862	Minas Gerais	0,892	Distrito Federal	0,867
5	São Paulo	0,768	Distrito Federal	0,875	Rio Grande do Sul	0,856
6	Minas Gerais	0,763	Bahia	0,836	Mato Grosso Sul	0,795
7	Mato Grosso Sul	0,761	Mato Grosso	0,815	Rondônia	0,788
8	Tocantins	0,757	Mato Grosso Sul	0,813	Espírito Santo	0,708
9	Goiás	0,699	Espírito Santo	0,706	Bahia	0,699
10	Ceará	0,678	Maranhão	0,670	Tocantins	0,692
11	Espírito Santo	0,613	Tocantins	0,646	São Paulo	0,660
12	Santa Catarina	0,609	Santa Catarina	0,643	Santa Catarina	0,649
13	Maranhão	0,457	São Paulo	0,622	Rio Grande Norte	0,627
14	Rio Grande do Sul	0,456	Pernambuco	0,507	Maranhão	0,618
15	Pará	0,406	Rondônia	0,496	Mato Grosso	0,549
16	Mato Grosso	0,247	Sergipe	0,449	Ceará	0,476
17	Bahia	0,002	Ceará	0,395	Amazonas	0,385
18	Piauí	-0,173	Rio Grande Norte	0,354	Sergipe	0,308
19	Distrito Federal	-0,274	Amazonas	0,259	Pernambuco	0,229
20	Amapá	-0,308	Paraíba	0,165	Pará	0,176
21	Paraíba	-0,322	Acre	0,105	Paraíba	0,059
22	Sergipe	-0,432	Amapá	0,103	Acre	-0,011
23	Alagoas	-0,500	Roraima	0,020	Piauí	-0,113
24	Acre	-0,519	Rio de Janeiro	-0,013	Amapá	-0,211
25	Roraima	-0,597	Piauí	-0,057	Alagoas	-0,520
26	Pernambuco	-0,657	Alagoas	-0,454	Rio de Janeiro	-0,522
27	Rio de Janeiro	-0,776	Pará	-0,701	Roraima	-0,525
Brasil		0,627	Brasil	0,647	Brasil	0,651

Fonte dos dados brutos: IPEA ([www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)); M.D.I.C. ([www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)) e RAIS.

## PANORAMA DAS DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL, ENTRE 1985 E 2000

Este trabalho também examina o impacto da abertura comercial brasileira da década de 1990 sobre as desigualdades regionais no Brasil. Nas últimas décadas, o crescimento da economia brasileira vem se desconcentrando em relação à região Sudeste, confirmando a hipótese de Williamson (1977).

Segundo o autor, as desigualdades regionais aumentam com o crescimento econômico, atingem um máximo e depois declinam gradativamente. O ponto de inflexão do índice de desigualdade indica a despolarização do processo de crescimento, que, no Brasil, teria ocorrido em 1968, em termos de análise das macrorregiões e da análise centro-periferia – São Paulo/resto do Brasil (Souza, 1993, p. 50-51).

Calcula-se o índice de desigualdade pelo coeficiente de variação,  $V_w$ , definido como segue:

$$V_w = \left(\frac{1}{y}\right) \left[ \sum_1^n (y_i - y)^2 P_i / P \right]^{1/2} \quad (3)$$

Obtém-se o índice  $V_w$  pela raiz quadrada do somatório do quadrado das diferenças entre o PIB *per capita* de cada região ( $y_i$ ) e o PIB *per capita* nacional ( $y$ ). Essa variância é ponderada pela participação da população regional ( $P_i$ ) na população do país ( $P$ ), sendo o valor total corrigido pelo inverso do PIB *per capita* nacional. Quanto maior o valor de  $V_w$ , maior será a desigualdade entre a renda *per capita* de cada região e a renda *per capita* nacional. Com baixos valores para  $V_w$ , menores serão as desigualdades regionais. Fica implícito que as migrações influenciam nas desigualdades regionais. Os estados mais ricos atraem as populações, principalmente jovens em idade de trabalhar e com certa escolaridade, o que estimularia o seu crescimento econômico.

Algumas análises empíricas foram feitas para o Brasil (Williamson, 1977; Haddad e Andrade, 1974; Redwood III apud Andrade, 1977, e Souza, 1993). As desigualdades interestaduais da renda *per capita* atingiram um máximo em 1950. No caso das macrorregiões e da análise centro-periferia (São Paulo/resto do Brasil), houve um primeiro ponto de máximo em 1955; porém, anos depois elas voltaram a crescer, chegando-se a um novo ponto de máximo em 1970. A partir desse ano, as desigualdades macrorregionais e centro-periferia reduziram-se gradativamente (Souza, 1993, p. 50 e 51).

Os coeficientes de Williamson para o período de 1985-2000, envolvendo os 27 Estados, as cinco macrorregiões e a região centro-periferia (São Paulo/resto do Brasil),

estão relacionados na Tabela 7. As curvas das desigualdades correspondentes estão representadas na Figura 1.

Examinando-se a Tabela 7, constata-se que os índices  $V_w$  diferem, dependendo do nível de análise. Para os estados e as macrorregiões, eles aumentam até 1993, enquanto o indicador da desigualdade São Paulo/resto do Brasil já se reduziu em 1993 em relação a 1992. Sabe-se, por vários estudos, que as indústrias estão se deslocando da capital paulistana para o interior de São Paulo e para outros estados.

Tabela 7 - Coeficientes de desigualdade regional do PIB<sub>cf</sub> *per capita* no Brasil, 1985/2000

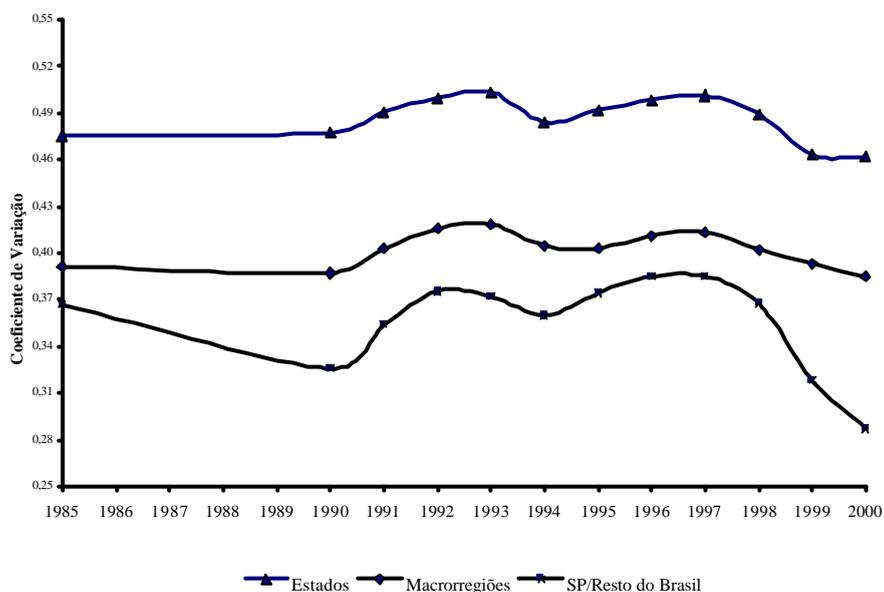
Anos	Estados	Macrorregiões	SP / resto do Brasil
1985	0,476	0,392	0,367
1990	0,477	0,387	0,326
1991	0,491	0,403	0,354
1992	0,5	0,416	0,376
1993	0,503	0,418	0,373
1994	0,484	0,405	0,36
1995	0,492	0,403	0,374
1996	0,499	0,411	0,385
1997	0,501	0,414	0,385
1998	0,489	0,402	0,368
1999	0,463	0,393	0,318
2000	0,462	0,385	0,287

Nota: O PIB<sub>cf</sub> para 1999 e 2000, para cada estado, foi estimado com base na média de participação do PIB<sub>cf</sub> no PIB<sub>pm</sub> de 1997 e 1998. O PIB<sub>cf</sub> em dólares foi obtido pela taxa de câmbio comercial média anual (venda), base 2000.

Fonte dos dados brutos: IBGE (população), IPEA (PIB<sub>cf</sub> 1991/98) e Banco Central do Brasil (taxa de câmbio).

As desigualdades interestaduais e macrorregionais conheceram uma pequena melhoria nos dois primeiros anos do Plano Real, voltando a subir em 1996/97, reduzindo-se nos anos seguintes. Essa melhoria nas desigualdades regionais acentuou-se com a desvalorização do real a partir de 1998/99, chegando-se no ano 2000 com os melhores índices de toda a série. Nota-se que a distribuição do PIB a custo dos fatores *per capita* é mais homogênea no corte São Paulo/resto do Brasil, seguindo-se no nível das macrorregiões. A renda é mais concentrada quando se compara a sua distribuição em nível de estados.

Relacionando-se esses coeficientes de desigualdade com a análise precedente, percebe-se que a instabilidade macroeconômica e os altos índices inflacionários do final da década de 1980 e início de 1990 contribuíram para aumentar as desigualdades regionais no Brasil. A estabilidade do Plano Real, principalmente na fase áurea dos dois primeiros anos, contribuiu para reduzir as desigualdades.



Contudo, a política cambial do Plano Real, que mantinha o real fortemente valorizado, encarecendo as exportações e barateando as importações, com o conseqüente dismantelamento das relações intersetoriais do país, acabou aumentando as desigualdades regionais. Com a desvalorização cambial, em virtude das crises externas do final da década de 1990, cresceram as exportações e a produção para o mercado interno, o que, certamente, contribuiu para reduzir as desigualdades regionais no Brasil nos últimos anos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou verificar os efeitos da abertura econômica sobre o crescimento econômico no Brasil entre 1999 e 2000 e examinar a correlação das exportações e das importações com o PIB e com o nível de emprego nesse período, com suas repercussões sobre as desigualdades regionais no país.

Os estados brasileiros que mais cresceram entre 1991 e 2000, tanto em relação à produção como no que diz respeito ao emprego, foram aqueles mais especializados em produtos básicos e em semimanufaturados. Os estados mais industrializados apresentaram taxas mais modestas de crescimento. Tendo em vista a importância da base agrícola dos estados com maior ritmo de crescimento da produção e do emprego, concluiu-se que o complexo agroindustrial voltado para a exportação constituiu um importante fator de expansão econômica desses estados.

Constatou-se também que a existência de uma balança comercial favorável foi um dos principais fatores explicativos do ritmo de crescimento da produção e do emprego da maior parte dos estados brasileiros. Contudo, alguns estados cresceram mesmo com balança comercial negativa, implicando a existência de outros fatores explicativos do crescimento econômico, como substituição de importações, vendas para o mercado local e nacional e transferências orçamentárias do governo federal. Isso mostra que muitos estados podem crescer de modo fechado ao exterior, desde que tenham alguns produtos que possam se inserir dinamicamente no mercado nacional.

São Paulo, Amazonas e Rio de Janeiro foram os estados com o maior déficit médio na balança comercial no período. Isso indica que os demais estados brasileiros estão financiando o excesso de importações das principais economias estaduais brasileiras e a da ZFM. Os estados com o maior superávit externo foram Minas Gerais e Rio Grande do Sul, seguidos por Pará, Santa Catarina e Paraná. Os estados mais abertos ao exterior foram Espírito Santo e Amazonas, em função do Porto de Vitória e da ZFM, por onde passam mercadorias vindas ou dirigidas a outros estados.

Verificou-se também que a maioria dos estados possui alta correlação entre as exportações e importações com o PIB e o emprego. O estado do Paraná é o que apresenta o maior coeficiente de correlação do comércio externo, tanto em relação ao PIB como no caso do emprego. Os principais estados, exceto Rio de Janeiro, apresentam forte correlação das exportações e importações com o PIB e o emprego.

A exceção foram os estados do Rio de Janeiro, Acre, Pernambuco, Roraima, Sergipe, Alagoas e Distrito Federal com correlação negativa entre exportações e o PIB; apresentaram correlação negativa entre exportações e o emprego os estados citados, mais Paraíba, Amapá e Piauí. Isso indica que, nesses estados, foram as atividades de mercado interno que mais geraram emprego e renda no período. No caso do Rio de Janeiro, notadamente, isso poderia indicar que todo esforço para a exportação drenaria recursos do setor de mercado interno, que seria mais produtivo, do que o setor exportador, o que afetaria negativamente o PIB e o nível de emprego. Com relação às importações, o

Rio de Janeiro ainda apresentou correlação ligeiramente negativa com o emprego e positiva com o PIB.

Com relação às desigualdades regionais, a conclusão é a de que se reduziram relativamente com a abertura econômica, principalmente após a desvalorização cambial de 1999, com maior dinamismo de crescimento em todos os estados das exportações e aumento da produção do setor de mercado interno, em resposta ao encarecimento das importações. De um modo geral, pode-se concluir que as exportações são atividades básicas por complementarem a demanda efetiva interna, estimulando o crescimento da oferta, e, sobretudo, por financiarem as importações de máquinas, equipamentos e de insumos diversos para a movimentação das indústrias.

#### BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, T. A. Desigualdades regionais no Brasil: uma seleção de estudos empíricos. In: SCHARTZMAN, J. *Economia regional*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 117-135.
- BALASSA, Bela. Trade liberalization and “revealed” comparative advantage. *Manchester School*, v.33, 1965.
- BALASSA, Bela. Outward orientation. In: CHENERY, Hollis; SRINIVASAN, T.N. (Ed.). *Handbook of development economics*. Amsterdam: North Holland, 1989. v.2. cap.31, p.1645-1689.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1970.
- HADDAD, Paulo R.; ANDRADE, Thompson A. Política fiscal e desequilíbrios regionais. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPEA/USP, v.4, n.1, p.9-54. jun./maio 1974.
- HAN, S.S.; LIESNER, H.H. Britain and common market: the effect of entry on the pattern of manufacturing production. University of Cambridge, Department of Applied Economics. Occasional Paper, n. 27, 1971
- LAFAY, G. La mesure des avantages comparatifs révélés. *Économie Prospective Internationale*, Paris, n. 41 [s.d.].
- MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. In: SEMINÁRIO DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI, *Anais... IE/UFRJ*, 30/8 a 1/9/2001.
- NORTH, Douglas. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHARTZMAN, Jacques. *Economia regional*. Textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 291-313.

PESSOA, Samuel de A. Existe um problema de desigualdade regional no Brasil? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, XXIX. *Anais...* Salvador (BA), 11 a 14 de dezembro de 2001.

PRADO, Luiz Carlos D. Globalização: notas sobre um conceito controverso. In: SEMINÁRIO DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI, *Anais...* IE/UFRJ, 30/8 a 1/9/2001.

REYES, Giovanni E. *Latin American exports and economic growth: the empirical evidence*. University of Pittsburgh Graduate School of Public and International Affairs. Sincronia, Fall 2000.

SOUZA, Nali de J. Conceito e aplicação da teoria da base econômica. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo: Unisinos, v.10, n.25, p.117-130, mar.1980.

SOUZA, Nali J. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil. Porto Alegre. *Análise Econômica*, v. 11, n. 19, p. 29-59, mar. de 1993.

SOUZA, Nali J. Desenvolvimento Econômico. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, Nali J. Exportações e crescimento econômico do RS, 1951/2001. *Ensaio FEE*. Porto Alegre: FEE, v. 23, n. esp. p. 565-601, 2002.

TIEBOUT, Charles M. As exportações e o crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia regional*. Textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 315-323.

WILLIAMSON, J. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição dos padrões. In: SCHWARTZMAN, J. *Economia regional*. Belo Horizonte, Cedeplar, 1977. p. 15-52.

YOON, Taek Dong; SOUZA, Nali de Jesus. Uma análise empírica sobre os fatores do desenvolvimento econômico da Coréia do Sul: 1961-1990. *Estudos econômicos*, São Paulo, v. 31, n. 2, p.321-367, abr./jun. 2001.

## SYNOPSIS

EXTERNAL COMERCIAL OPENING AND ECONOMIC GROWTH  
OF THE BRAZILIAN STATES, 1991/2000

*This paper analyses the effects of the Brazilian foreign trade liberalization upon the regional economic growth, between from 1991 to 2000. So, it examines the impacts of exports and imports upon GNP and the level of employment during this period, as well as upon the regional inequalities. The conclusions are that the states that had the highest growth rates were those specialized in basic and in semi-manufactured products. The positive trade balance was strongly related with higher growth rates. Most of the states presented high correlation coefficients among exports, imports, GNP and level of employment. Regional inequalities in Brazil are decreasing in the time.*

*Key words: regional economic basic, comparative advantages, regional inequalities.*

## SINOPSIS

ABERTURA COMERCIAL Y CRECIMIENTO DE LOS  
ESTADOS BRASILEÑOS, 1991/2000

*Este artículo analiza los efectos de la abertura económica de Brasil sobre el crecimiento de los estados brasileños, durante los años 1991 y 2000. Se examina, en el mismo periodo, las relaciones de las exportaciones e importaciones con el PIB y el empleo; y sus repercusiones sobre las desigualdades regionales del país. Concluyendo que los estados de mayor crecimiento fueron los especializados en productos básicos y en semi-manufacturados; que la existencia de una balanza comercial positiva esta fuertemente relacionada con la mayor tasa de crecimiento; que la mayoría de los estados presentó alta correlación entre sus exportaciones e importaciones y los respectivos PIB y el nivel de empleo; que las desigualdades regionales en Brasil tienden a reducirse a largo plazo.*

*Palabras-claves: exportación base, ventajas comparativas, desigualdades regionales.*